

cadernos  
**IHU**  
ideias

**Direitos humanos na  
mídia brasileira**

Diego Airoso da Motta



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

## **Direitos humanos na mídia brasileira**

Diego Airoso da Motta

ano 8 • nº 141 • 2010 • ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU ideias**

Ano 8 – Nº 141 – 2010

ISSN: 1679-0316

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

*Responsável técnico*

Antonio Cesar Machado da Silva

*Revisão*

Isaque Gomes Correa

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**www.ihu.unisinos.br**

## DIREITOS HUMANOS NA MÍDIA BRASILEIRA

*Diego Airoso da Motta*

O papel dos meios de comunicação de massa na sociedade de nosso tempo transcende o âmbito do entretenimento e da transmissão descompromissada de informação.

A mídia e suas corporações, tornadas geradoras de lucros naquilo que se convencionou chamar de indústria cultural, fazem girar astronômicos montantes de dinheiro e poder, com atuação em escalas local e global. Elas vendem seus produtos e forjam subjetividades, direcionando os desejos para a reprodução da ordem socioeconômica vigente. É pela mídia que o poder do dinheiro passa da dominação à hegemonia, de acordo com a conceituação gramsciana. É a indústria cultural que ganha seu dinheiro enquanto dita a agenda da sociedade.

Os direitos humanos e as lutas que lhe caracterizam como espaço de busca da dignidade humana são, em sua essência, um entrave à manutenção do *status quo*. O abismo social, econômico e político a que o capital sujeitou a imensa parte da humanidade e que lhe serve de suporte material é a causa primeira de todas as violações e ofensas aos preceitos humanistas arduamente conquistados. As desigualdades sociais, a disseminação da violência como meio de resolução dos conflitos, o esvaziamento do papel dos movimentos sociais, a exploração predatória do meio ambiente e a desumanização da esfera do trabalho atentam diretamente contra os direitos humanos e colocam à prova seu caráter universal e indivisível, já que o acesso às benesses do sistema se dá para alguns em detrimento da qualidade de vida de muitos. Ainda assim, mesmo violando sistematicamente os direitos humanos, o “poder” cinicamente não nega sua necessidade, dizendo, aliás, defendê-los, mesmo que a guerra seja o caminho percorrido. No Brasil, também, a ideia de direitos humanos é deformada e tida por algo que serve a “bandidos”.

Desse cenário, surge o questionamento: como os direitos humanos e a mídia são particularizados e utilizados como ferramentas de dominação moral, de imposição ideológica e, em última instância, de manutenção da ordem econômica mundial e local?

Esta pesquisa se apresenta como um recorte das condições materiais e simbólicas em que ocorre essa situação, partindo das manifestações da e na mídia impressa e eletrônica brasileiras, quando esta aborda os “direitos humanos”, analisando como e em que grau são usados como ferramenta de reprodução de discursos de legitimação da dominação. O estudo se desdobra em cinco movimentos.

O primeiro deles trata da mídia como elemento de alta relevância na complexidade social de nosso tempo. Os reflexos desse cenário no Brasil e na América Latina não escapam da análise. Após, são abordados a construção e a problematização dos direitos humanos ao longo da história e seu uso indecoroso como justificativa para a dominação. Um enfoque especial é dado às peculiaridades da concepção dos direitos no Brasil. Na sequência, a história, a visão e as características de duas empresas de mídia brasileiras e dois de seus respectivos veículos de comunicação, um telejornal e um jornal impresso, são objeto do estudo, principalmente no que se refere às suas vinculações com as elites políticas e econômicas nacionais e internacionais. Outro momento revela os dados obtidos na pesquisa e a análise sobre a forma como os veículos escolhidos tratam o tema dos direitos humanos, a partir de características estéticas e ideológicas apresentadas nas matérias noticiadas. Por fim, têm-se as considerações críticas sobre as relações entre mídia e direitos humanos apreendidas na pesquisa, com base no estudo bibliográfico e nas observações documentais realizadas.

### **A comunicação: os meios e os fins**

A mídia, como uma subcategoria daquilo que chamamos de “comunicação”, ocupa hoje um lugar de destaque na produção das concepções e visões de mundo. A respeito dessa influência, Guareschi e Biz (2005, p. 61-62) são precisos ao afirmar que “a Comunicação, hoje, constrói a realidade. (...) Hoje, algo passa a existir, ou deixa de existir, se é, ou não midiado”. Mais do que isso, dizem que “a mídia não só diz o que existe e, consequentemente, decide o que não existe pelo seu silêncio, mas dá uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro, em relação à realidade existente”. Segundo estes autores, em torno de 82% do que é falado cotidianamente são temas trazidos pela mídia.

Os meios de comunicação, portanto, não se limitam a apreender contemplativamente essa realidade e mediatizá-la ao público, como se conseguissem dela se abstrair e, de fora, percebessem-na e retratassem-na de forma neutra e asséptica. Direta e indiretamente, eles próprios forjam essa realidade.

Segundo Mattelart (1994), no auge da Guerra do Vietnã, a primeira guerra da televisão, os meios de comunicação de mas-

sa começam a desempenhar o papel de agentes políticos, mobilizando a população contra a guerra, a partir de suas imagens. Mais do que isso, passam a ser vistos pelo protagonismo, que seus defensores denominaram *revolução das comunicações*, como motor de uma nova sociedade, a qual deveria ser encarada como direcionada ao consumo e ideologicamente anticomunista.

Ianni (1991, p. 189) alerta para o poder de reproduzir ganhos econômicos e dominação política: “Uma rede de televisão, por exemplo, além de ser um alto negócio, em termos de aplicação do capital, pode ser importante para divulgar informações e ideias que interessam às classes dominantes”.

O avanço das comunicações em escala global sempre esteve intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento da tecnologia. Desde as inovações proporcionadas pelo telégrafo e pelo sistema de transporte de correspondências no século XVIII, na França, na Inglaterra e nos EUA, a humanidade tem visto as distâncias serem cada vez mais reduzidas e a comunicação ganhar em alcance e velocidade. Em meados do século XIX, começam a surgir as grandes redes de notícias internacionais e os grandes jornais da Europa e dos EUA.

Toda a efervescência desse contexto, em que a mídia iniciava e intensificava sua caminhada em direção à conquista de novos territórios e onde as grandes potências sedimentavam seu poder sobre o resto do mundo, se refletiu no meio científico ocidental, em especial nas ciências humanas. Segundo Mattelart (1994), por esse tempo as ciências sociais começam a analisar com mais intensidade a importância das massas como fim a ser atingido pelas mensagens dos meios de comunicação. De Ferdinand Tönnies, com sua clássica distinção entre comunidade e sociedade, a Gabriel Tarde, com suas conceituações sobre multidão e público, o trabalho dos pensadores sociais da virada do século XIX para o XX evidenciava a importância que a comunicação já tomava desde então.

No final do século XIX, na França já ia forte a discussão sobre a forma como utilizar os jornais como veículo de mobilização política popular, para a causa operária. Na mesma época, na Rússia, a discussão era um tanto mais avançada e já se referia mesmo à construção do partido revolucionário e a utilização da imprensa como instrumento de propaganda do ideário socialista, às vésperas do que veio a se tornar a Revolução Russa.

Logo em seguida, porém, a questão vai tomar outra dimensão: “Com a Primeira Guerra Mundial, a questão da propaganda vai sair dos redutos revolucionários e ser arvorada como negócio de Estado” (MATTELART, 1994, p. 57). A propaganda vira arma. A guerra total, na qual, entre outros recursos, o gás mostarda foi utilizado contra o “inimigo”, atinge também a população civil, fazendo necessário um esforço propagandista da Entente para conquistar seu apoio. A propaganda passa a ser utilizada

por ambos os lados diretamente no *front*, através de panfletos. Na sequência desse movimento, a resposta alemã veio com a utilização da mídia cinematográfica para mobilização das massas, ramo que cresce mesmo após a guerra. Assim, a indústria cultural dá seus primeiros passos a partir do legado da propaganda de guerra.

Após a Grande Guerra, o governo dos EUA se dá conta da importância de uma ferramenta já amplamente utilizada pela Inglaterra durante o conflito: o rádio. Segundo Mattelart (1994), os americanos fomentam a criação de empresas do setor e esse movimento vai fazer nascer, em meados dos anos de 1920, as grandes redes de rádio – e depois de televisão – americanas. O rádio sai da guerra para a comunicação de massa, mas não sem antes ser elemento primordial de propaganda por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Foi principalmente com o rádio que o Eixo, já no início dos anos de 1930, conquistava o apoio das populações alemã, italiana e japonesa, dentro e fora das fronteiras de seus países.

Após a Segunda Guerra Mundial, no bojo da Guerra Fria, a corrida espacial é o cenário para o desenvolvimento de satélites e fortalecimento da internacionalização das comunicações.

Já em 1991, a Guerra do Golfo teve por parte da grande mídia internacional, especialmente a dos EUA, uma abordagem que, segundo Viola (2005), serviu à legitimação da ação norte-americana contra o Iraque. Havia um vigoroso controle das Forças Armadas americanas sobre a informação, a fim de evitar a repetição da mobilização anti-guerra da população dos EUA durante a Guerra do Vietnã. As ações militares norte-americanas mais destacadas eram transmitidas ao vivo pela CNN (*Cable News Network*), mostrando alvos cirurgicamente atingidos por armas guiadas eletronicamente e realçando o potencial do Ocidente em relação ao resto do mundo.<sup>1</sup>

Analisando a relação entre os meios de comunicação de massa e a reprodução do sistema capitalista, bebendo na fonte de Marx, Guareschi (1987, p. 18) fala sobre o processo de fetichização como fator indispensável ao capital: “Construir um fetiche, ou elevar um processo ou fenômeno em nível de fetiche, significa cristalizá-los em sua essência e colocá-los como objetos intocáveis, isto é, abstraí-los das condições reais de sua produção, numa palavra, desistoricizá-los”. Os meios de comunicação, por sua vez, são fetichizados e se autonomizam, ganhando vida própria. Esse distanciamento de sua produção possibilita facilmente às classes dominantes, que lhes controlam, se dizerem

---

1 Logo após o próprio Pentágono teve de reconhecer que apenas 7% das operações utilizaram esse armamento e, do total de bombardeios realizados, cerca de 70% erraram o alvo sem que, no entanto, esses “erros de cálculo” e as mortes civis deles decorridas fossem devidamente midiaticizadas.



contrários aos conteúdos midiáticos “imorais” e nocivos à sociedade. Essa manobra serve para encobrir as funções ideológicas dos meios de comunicação na reprodução da dominação. A ideologia, nesse sentido, é “o local em que são armazenados os sinais empregados para racionalizar a dominação de classe” (GUARESCHI, 1987, p. 19) sem, no entanto, revelá-la. Guareschi (1987) amplia o âmbito dessa dominação para além-fronteiras. Se a mídia no plano local serve à dominação de classes, no plano global serve ao imperialismo.

Sobre isso Ianni (1973, p. 8-9) diz que “a supremacia dos Estados Unidos sobre os países do hemisfério não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela vai além, compreendendo também problemas socioculturais”. Nos anos de 1930 Gramsci já falava do papel da mídia na construção da hegemonia, quando verifica a forte influência da produção cultural estrangeira nos meios populares italianos de então, legitimando as novas formas de gestão do trabalho nas fábricas da Itália.

Mais do que instrumento de legitimação, porém, a mídia norte-americana é, ela própria, uma das maiores beneficiárias do imperialismo. É meio e fim: serve ao interesses do capitalismo, da política e da subjugação cultural dos EUA e se expande enquanto agente do capital, ampliando seu mercado de atuação e aumentando seus lucros.

O imperialismo dos EUA, para Guareschi (1987, p. 22), tem entre seus objetivos asfixiar, também pela ação dos meios de comunicação, movimentos revolucionários que visem à implantação, nos países periféricos, de outros modelos político-sociais alternativos ao capitalismo em sua forma norte-americana. Mas, entretanto, seu intento “vendendo” a introdução de suas empresas de comunicação, especificamente na América Latina, sob o atraente codinome *revolução das comunicações*, que se anuncia como

agente dos novos processos sociais (...), mas que esconde, de uma maneira extremamente ágil e sutil, tanto a identidade de seus manipuladores, como a funcionalidade das ideias e imagens que esses manipuladores espalham e propagam em favor do sistema social que eles patrocinam (GUARESCHI, 1987, p. 22).

Os EUA mantinham, nesse contexto, “inocentes” políticas de apoio às forças armadas terceiro-mundistas para que lutassem contra o “inimigo interior”. As ditaduras militares latino-americanas são filhas desse processo, contando com o suporte cultural da mídia norte-americana e segmentos da mídia local, que mascaravam a repressão e fomentavam a passividade da população em relação à política.

De grande importância é o trabalho das agências de notícias norte-americanas na política imperialista. Guareschi (1987) dá conta de estudos que revelam que, em 1967, em quatorze

diários latino-americanos analisados, 72% das notícias estrangeiras vinham de agências dos EUA. O conteúdo era centralizado, pois selecionado e distribuído aos veículos de comunicação por poucas agências, e centralizador, já que as notícias sobre o mundo concentravam-se nos EUA ou em seus interesses sobre o restante dos países.<sup>2</sup>

Em caso já emblemático, Guareschi (1976) cita as ligações envolvendo a inversão de recursos do então gigante grupo norte-americano *Time-Life* em duas importantes empresas do setor da comunicação brasileira: a Editora Abril e a Rede Globo, em meados dos anos de 1960. No caso da Globo, então em fase de implantação, operou-se uma manobra para ilegalmente (já que a legislação da época não permitia capital estrangeiro nos meios de comunicação do país) serem aportados 5 milhões de dólares do *Time-Life* em seus cofres. A ação, que contou com a cobertura do governo norte-americano, denunciada por outras empresas de comunicação, deu origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, que averiguou que o movimento tinha ligação com o golpe militar de 1964. “Nesse período, os que assumiram o poder tinham necessidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, para criarem uma legitimidade que não possuíam” (GUARESCHI, 1976, p. 47). Isso se tornou evidente quando o Presidente Castello Branco, que deveria ter cassado a concessão da Globo, deu-lhe três meses de prazo para regularizar a situação. Muito em função disso, a ditadura militar brasileira permaneceu no poder por 20 anos e a Rede Globo, hoje, é o 4.<sup>o</sup> maior grupo de mídia do mundo.

A ditadura militar brasileira, como contrapartida ao apoio a ser recebido, durante os anos de 1960 e de 1970 concentrou esforços na implantação da infraestrutura de telecomunicações indispensável ao crescimento dos veículos de mídia que lhe acobertavam e na oligopolização do setor e criação de grandes redes nacionais.

A influência dos EUA na vida econômica, política e cultural mundial tem relação direta com a concentração de poder das empresas de comunicação norte-americanas e a aplicação desse modelo nos países periféricos, na medida e na forma das necessidades de fortalecimento da hegemonia norte-americana. Sobre isso, diz Novaes (1989, p. 75): “Ainda e sempre, é o mesmo problema; informação é poder: informação controlada é poder fechado, concentrado, em benefício de uns poucos (países ou pessoas)”.

---

2 Guareschi (1976) e Novaes (1989) relatam as manobras operadas dentro das grandes agências internacionais de notícias que alimentam a mídia brasileira de fatos do exterior, manipulando e criando informações para atender a interesses econômicos e políticos das grandes potências e empresas.

No Brasil, desde os anos de 1960, está em processo a concentração da informação e da produção midiática eletrônica e impressa nas mãos da Rede Globo. Outras redes de comunicação poucas vezes se aproximam de seus níveis de audiência, lucros e capacidade mobilizadora. Sobre a Globo, Guareschi e Biz (2005, p. 45) dão uma amostra do poder que a empresa detém: “Vemos assim que a Rede Globo possui 227 veículos divididos em 95 televisões VHF, 08 UHF; além disso possui 41 emissoras de rádio AM, 59 FM e 24 jornais”.

A estruturação física do sistema de comunicações brasileira promovida pelo governo militar, juntamente com o aporte ilegal de recursos estrangeiros na empresa, possibilitou à Globo, em seu braço televisivo, as condições para alcançar o país como um todo, firmando contratos de filiações com canais locais (dispensando, no entanto, não mais que 10% de sua grade de programação às afiliadas).

A centralização da programação nas cabeças-de-rede vai deixar pouca margem à manifestação das culturas regionais, evidenciando os traços de uma concepção de cultura homogeneizante, baseada no modelo de mídia norte-americano.

Para Novaes (1989), só será possível superar, de fato, essa realidade quando a sociedade tiver ferramentas para participar da gestão da informação, pois a relação mídia/sociedade se dá em apenas uma direção, ou seja, a mídia comunica à sociedade, mas não a ouve (NOVAES, 1989).

García-Canclini (1995) aponta caminhos de aproximação em que a sociedade pode utilizar a mídia como instrumento de emancipação política da população. Dadas as características do momento histórico atual, os próprios meios de comunicação de massa podem ter um papel decisivo na elaboração da cidadania. A comunicação de massa seria um espaço onde a cidadania e a conscientização política poderiam ser discutidas e chegar à população de forma intensa e abrangente. Para isso, haveria que se reduzir o distanciamento das forças à esquerda do espectro político latino-americano e dos meios de comunicação de massa. Os grupos políticos progressistas deveriam se organizar e traçar estratégias para tomarem um local próprio às forças dominantes, o que remete à busca de democratização, de participação da sociedade na produção da informação dos meios de comunicação de massa, permitindo aos mais diversos setores políticos e sociais a elaboração de uma agenda de discussões que realmente lhes seja produtiva e emancipadora.

### **Os direitos humanos: entre a dignidade e o aviltamento**

A questão dos direitos humanos nasce, antes de tudo, da concretude das lutas da humanidade. A história social revela, nos mais diferentes momentos de seu desenvolvimento, que a

busca pela superação de situações de aviltamento da condição humana leva, invariavelmente, ao conflito entre a sociedade e as manifestações opressoras do poder, constituído ou não.

Os direitos humanos, porém, a despeito de tudo que representam para o aperfeiçoamento das relações entre as gentes, também são usados como justificativa para o injustificável: a guerra para a dominação.

Há um ponto chave no entendimento dos direitos humanos que se traduz na ligação simbiótica entre suas etapas de evolução e as lutas históricas da humanidade em face da opressão, da barbárie e da violência protagonizadas por determinados grupos hegemônicos ao longo da existência social. Viola (2007, p. 60) afirma que os direitos humanos “não nascem de uma única vez, mas sim quando devem ou podem nascer, como consequência das lutas em defesa das liberdades dos indivíduos e da própria sociedade” (VIOLA, 2007, p. 60).

Bobbio adota classificação um pouco diversa da de Viola, que será a que seguiremos nesta pesquisa e que se refere aos

direitos civis e políticos, denominados de primeira geração; os direitos econômicos e sociais, denominados de segunda geração; e os direitos coletivos, como o direito de resistência à opressão e o direito à paz, chamados de direitos de terceira geração. Atualmente o movimento levanta a bandeira dos direitos intersubjetivos, dando origem aos direitos de quarta geração (VIOLA, 2007, p. 56).

Ao tratar do desenvolvimento da cidadania no Brasil, Carvalho (2002) fala dos diferentes tipos de direitos:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. (...) Sua pedra de toque é a liberdade individual (CARVALHO, 2002, p. 09).

Direitos políticos consistem “na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado”. O principal instrumento de exercício dos direitos políticos é o voto e que “tem como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno” (CARVALHO, 2002, p. 9-10).

Por sua vez, os direitos sociais “incluem o direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria”. Sua ocorrência e efetividade, porém, dependem da ação do Estado. Sua importância fundamental reside em permitirem “às socieda-

des politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social” (CARVALHO, 2002, p. 10).

Assim, os direitos civis asseguram a vida em sociedade, os direitos políticos a participação na gestão da sociedade e os direitos sociais equilibram a distribuição dos benefícios da riqueza produzida pela sociedade.

Os direitos de primeira geração, os civis e políticos, historicamente se relacionam às lutas contra o poder absolutista nos séculos XVII e XVIII, especialmente as revoluções americana e francesa, e se expressam no ideal de liberdade. Os de segunda geração – econômicos, sociais e culturais – dizem respeito às reivindicações da população por melhores condições de vida e de trabalho, a partir das mazelas sociais produzidas pelo capitalismo na transição do século XIX para o XX, precisamente no momento de ascensão e expansão da revolução industrial, definindo-se pelo princípio da igualdade. Segundo Comparato (1999, p. 42), “os direitos humanos de proteção ao trabalhador são, portanto, fundamentalmente anticapitalistas, e por isso mesmo, só puderam prosperar a partir do momento histórico em que os donos do capital foram obrigados a se compor com os trabalhadores”.

Seguindo a categorização de Viola (2007), já no século XX após a Segunda Guerra Mundial, os direitos de terceira geração, fundados no ideal de solidariedade, se justificam na busca por autonomia dos povos, pelo direito ao desenvolvimento e pela paz, contra o intervencionismo dos países dominantes, na luta contra o risco de extermínio da própria humanidade pelas forças mundiais detentoras da tecnologia nuclear com potencial bélico. Além destes, se justificam também na busca da defesa do meio ambiente como patrimônio da humanidade, em face da grande expansão industrial e comercial a partir de 1945, que surtia efeitos devastadores na exploração da natureza.

Por fim, os direitos de quarta geração (intersubjetivos) surgem como bandeira em defesa da democratização das conquistas da ciência e da tecnologia, principalmente no campo da saúde e do mundo do trabalho, pelo questionamento ético de seu desenvolvimento e pela ampliação de seus benefícios à sociedade como um todo, de forma equânime.

Embora na sua origem os direitos humanos tivessem a pretensão de ser universais e indivisíveis, a realidade tem mostrado os limites que se impõem nesse sentido. Os obstáculos aos direitos humanos se manifestam, sobretudo, no campo das culturas e das ideologias político-econômicas, de forma que, na maioria das vezes, não há como isolar uma categoria da outra. O debate se mostra mais necessário quando confrontado com a atual condição da humanidade, integrada globalmente em um processo

alavancado pelo desenvolvimento tecnológico da informática e das comunicações e promovido pela expansão do capital des-territorializado; tudo isso simultaneamente a um quadro de pauperização das massas e da ampliação das desigualdades sociais e regionais no mundo. Outro ponto que se mostra urgente em relação aos direitos humanos e que deriva das outras dificuldades já colocadas é a necessidade de se garantir condições para sua efetivação no plano prático, no espaço intra e internacional.

### **As duas faces dos direitos humanos: o controle e a emancipação**

Viola (2007) fala que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos a questão dos direitos humanos passou a ocupar

um lugar privilegiado no centro dos debates políticos internacionais, como um princípio ideológico e cultural capaz de servir de parâmetro de regulação social por meio da ação dos Estados nacionais, ou, ainda, como manifestação civilizadora que permite às grandes potências da atualidade, notadamente os Estados Unidos, realizar políticas de ingerência e dominação (VIOLA, 2007, p. 44).

A disseminação dos direitos humanos é usada como justificativa a ações intervencionistas de caráter político-ideológico, cultural e econômico nos países em que as nações mais poderosas têm algum interesse imperialista, como bem comprovam os recentes conflitos no Golfo Pérsico, em 1991, nos Bálcãs, nos anos de 1990, e no Iraque, em 2003.

De forma destacada, os Estados Unidos impõem militarmente seu estilo de vida e culturalmente convencem as populações de que o jeito americano de ser, individualista, consumista e supostamente democrático, é o melhor que há. Fazem a guerra dizendo defender os direitos humanos. Sob a máscara da defesa de valores universais, como democracia, direitos humanos e luta contra o terrorismo, sempre escorados na panaceia da razão (ocidental), os Estados Unidos tentam legitimar motivos para promover guerras ao redor do mundo, para, de fato, universalizar seus interesses e visões de mundo particulares e parciais, dentre as quais sua corrompida ideia de direitos humanos.

Sobre isso, Habermas (2003) diz que nas recentes ações militares dos Estados Unidos, chamadas “guerras preventivas”, como a ocupação do Afeganistão em 2001, a justificativa de lutar contra o terrorismo e, principalmente, defender os direitos humanos passava por cima inclusive das políticas da ONU.

Sendo interesses particulares disfarçados de universais, carregados pelo poderio militar e reforçados pela atividade dos

meios de comunicação de massa, os nós do sistema não tardam a se manifestar. Para Viola (2005, p. 74-75), “os direitos humanos servem de pano de fundo da globalização, ao mesmo tempo em que se deterioram as condições de saúde, moradia, educação, trabalho e sindicalização, aumentando a lista de violações aos direitos humanos de segunda geração”.

Por outro lado, os direitos humanos têm sido bandeira de luta de movimentos sociais ao redor do mundo, traduzindo-se em ponto de suporte para a emancipação dos povos ante o jugo da dominação de estados autoritários (como as ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX) e do capital, desrespeitadores das liberdades civis e políticas e da igualdade de acesso às conquistas materiais da humanidade.

Nesse contexto, segundo Viola (2007), os movimentos sociais passam a reivindicar perante os estados-nacionais o respeito à dignidade pelo reconhecimento dos direitos sociais e econômicos, através da luta pelos direitos humanos, ainda que sempre em confronto com as forças políticas e econômicas dominantes, como

setores do empresariado e uma parcela considerável dos meios de comunicação (...), ora acusando os referidos movimentos de subversivos, como nos anos 1960-1980, ora de defensores de bandidos, nos anos 1980-2000. Acusações essas que fornecem legitimidade e argumentos ao senso comum, nas críticas que faz aos movimentos em defesa dos direitos humanos (VIOLA, 2007, p. 55).

Em sua discussão sobre as nuances da globalização em suas diferentes possibilidades de manifestação, Santos (1997) também ressalta o surgimento de mobilizações em todo o mundo a favor dos direitos humanos e em defesa de classes e grupos oprimidos pelo capitalismo. Nesse movimento, a própria conceituação de direitos humanos ganha novas cores pelo diálogo intercultural e emancipatório. Tenta-se assim transferir os direitos humanos do localismo globalizado do Ocidente a um cosmopolitismo mundialmente construído e reconhecido, através do que o sociólogo português chama de hermenêutica diatópica.<sup>3</sup>

---

3 Para Santos (1997) a hermenêutica diatópica é entendida como o movimento de diálogo entre culturas que se compreendam incompletas em seus princípios orientadores (*topos*) e que, ao mesmo tempo, se demarquem, se definam como tais e tentem contornar suas limitações. Na hermenêutica diatópica, o conceito de direitos humanos ocidental tem muito a ganhar em alcance de suas verdadeiras aspirações de promoção da dignidade humana ao dialogar com outras culturas, descendo de seu pedestal de universalidade pretensamente já conquistada e operando um diálogo intercultural cosmopolita.

## O Brasil como palco dos direitos humanos

O Brasil tem uma concepção histórica da cidadania e dos direitos humanos diferente de outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos, onde foram construídos numa ordem lógica e cronológica diferentes. Na Inglaterra, primeiro vieram os direitos civis, como a liberdade de expressão, que permitiu que se reivindicasse o direito ao voto. Conquistados os direitos políticos, os trabalhadores se organizaram em partidos e puderam exigir e construir os direitos sociais.

Por aqui, foi dada uma ênfase maior aos direitos sociais e foram estes os primeiros direitos a comporem o quadro da cidadania brasileira, em ordem inversa aos países pioneiros na conquista dos direitos humanos.

Entre 1930 e 1945, o cenário nacional para a cidadania tem sensíveis e rápidas alterações, principalmente no que se refere aos direitos sociais. Nesse campo, os primeiros passos foram dados com a criação do Ministério do Trabalho, legislação trabalhista e previdenciária, culminando, em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, em vigor até hoje.<sup>4</sup>

Quanto aos direitos políticos, o período foi de instabilidade, já que se alternaram momentos de democracia e ditadura. A figura de Getúlio Vargas quase sempre centralizou as situações políticas de maior relevância no período. Foi ele um dos principais articuladores do golpe de 1930; foi ele também que deste momento até 1934 assumiu de forma provisória o poder do país e novamente de 1937 a 1945, após outro golpe.

Outro período marcante para a análise do desenvolvimento dos direitos humanos no Brasil se inicia nos anos de 1960, especialmente quando o então Presidente João Goulart foi deposto, em 1964, pelas Forças Armadas, que assumiram o poder até 1985, instalando mais uma vez um governo ditatorial.

Carvalho (2002) compara esse período com a ditadura de Vargas, no sentido de que em ambas as situações os direitos civis e políticos foram extremamente limitados e os direitos sociais ampliados. As medidas do Executivo eram tomadas através de

---

4 Segundo Carvalho (2002), "o período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa" (CARVALHO, 2002, p. 110).

O populismo de Vargas, para Carvalho (2002), teve aspectos positivos e negativos no que se refere à cidadania: "O governo inverteu a ordem do surgimento dos direitos descrita por Marshall, introduzindo o direito social antes da expansão dos direitos políticos. Os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente" (CARVALHO, 2002, p. 124).



Atos Institucionais (AIs), dentre os quais o de n.º 5 foi o mais radical e repressivo. A partir daí, a legislação constitucional e infraconstitucional toda se baseou na supressão de direitos civis e políticos. As forças de oposição tinham de se organizar clandestinamente, pois os órgãos de repressão não hesitavam em realizar prisões arbitrárias seguidas de tortura e execuções.

Os direitos sociais, por outro lado, como na Era Vargas, foram, junto com o crescimento econômico do país, o carro-chefe dos militares. Foi unificada e universalizada a previdência social, pela criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e do Funrural (Fundo de Assistência Rural), destinado aos trabalhadores rurais. Implantou-se ainda o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a estrutura administrativa do Executivo passou a contar com o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Enquanto o “milagre econômico” teve efeitos, junto com a concessão de benefícios sociais e a legitimação do aparato midiático, o regime tinha relativo apoio da população, especialmente da classe média. Após esse momento, esta classe média mudou de posição e os trabalhadores urbanos começaram a ter seus empregos ameaçados. O regime começou a perder terreno.

A partir de 1974, inicia-se um lento processo de abertura política que vai se estender até 1985. Esse período foi marcado pelo deslocamento da luta contra o regime, da guerrilha e da clandestinidade para a articulação política fora dos partidos, em entidades civis e movimentos sociais. Desse modo, destacaram-se o papel da Igreja, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de movimentos sociais urbanos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além de influentes artistas e intelectuais.

Após duas décadas de governo autoritário, os direitos políticos são restabelecidos, mas os maiores avanços se deram no campo dos direitos civis. A Constituição de 1988 foi o marco desse momento, com disposições restituidoras de direitos conquistados (ou concedidos) antes do regime militar e inovador em alguns pontos.

Coimbra (2008 e 2009) fala que no Brasil de hoje a luta por direitos humanos é confundida com a defesa de bandidos. Isso leva, na avaliação da autora, a “associações entre pobreza, periculosidade e criminalidade”. Além disso, para ela, há que se levar em conta o papel da mídia na reprodução dessa equivocada visão:

De um modo geral, os grandes meios de comunicação alardeiam essas associações em discursos/ações que pregam o uso da força de tratamentos degradantes e cruéis, da utilização da tortura como necessária – como um “mal menor” –, de leis e penas mais severas e da pena de morte

para esses considerados perigosos para a “nossa segurança” (COIMBRA, 2008 e 2009, p. 31).

Ao se tratar especificamente do estudo das causas da quase invariável associação entre respeito aos direitos humanos e defesa de bandidos, até muito recentemente se verificava sua generalização no seio da opinião pública brasileira, sendo esta alimentada pela opinião publicada do país.<sup>5</sup>

A gênese desse ideário no contexto brasileiro remonta à luta contra os desmandos do regime militar ditatorial, principalmente a partir de 1968. O endurecimento do regime perante a população teve como contrapartida uma resistência crescente e que tinha representação na classe média e mesmo na elite social do país, acuadas e com o acesso a direitos reduzidos. Eram comuns as prisões e as torturas sobre dissidentes do regime. Benevides (1983, p. 77) diz que “a questão da tortura – incluída na militância dos defensores dos Direitos Humanos – passou a ser discutida em várias instâncias da sociedade em função da violenta repressão da ditadura militar aos presos políticos, em geral membros da classe média ou mesmo da burguesia”.<sup>6</sup>

A elite e a classe média brasileiras, portanto, recostavam-se no discurso em defesa dos direitos humanos como que reivindicando limitações à arbitrariedade e violência do Estado militarizado, que por certo lhes era prejudicial: eram seus filhos que estavam no cárcere. Com o processo de redemocratização levado a cabo entre 1974 e 1985, ocorre uma modificação nos discursos sobre políticas criminais e de segurança no país.

Ocorre que o “inimigo” das camadas sociais mais abastadas passa a ser não mais o Estado (agora, subserviente a elas), mas a população pobre, cujos membros são vistos como potenciais ofensores de sua condição patrimonial. Decorre disso a for-

---

5 Genevois (2000, p. 87) corrobora isso dizendo: “Há pouco tempo, durante uma campanha eleitoral, assistimos, pela TV, a um candidato conclamar: ‘*votem em mim; se for eleito, combaterei os direitos humanos*’. Naquela época, os defensores de direitos humanos eram tidos como *defensores de bandidos*; os locutores de rádio e TV criticavam veementemente as ONG’s que ousavam posicionar-se contra as condições inumanas nas prisões, as torturas e os maus tratos a que eram submetidos os presos. Não diferenciavam reprovar esse tipo de procedimento do de apoiar o crime. Os policiais, muitas vezes, afirmavam: ‘*fazemos um grande esforço para apanhar um criminoso; quando o prendemos, os ‘direitos humanos’ atrapalham tudo: não admitem torturar, bater e matar*’. Ainda há poucos dias um policial declarou num jornal de São Paulo: ‘*os direitos humanos só estão aí para prejudicar policiais*!’” (grifos da autora).

6 Rolim (1999, p. 24) comenta que “a luta pelos Direitos Humanos no Brasil seria de todo incompreensível sem que se considerasse que sua expressão pública só adquiriu estatuto da relevância diante da resistência à ditadura militar. Foram os movimentos formados (...) desde a luta contra a tortura e as prisões arbitrárias até a luta pela anistia, [que] tornaram a própria expressão ‘Direitos Humanos’ conhecida do grande público. Naqueles anos, a simples menção aos Direitos Humanos já significava uma contestação a um regime que teve na fúria a medida exata de sua impotência.

mação, no imaginário social, da associação quase automática entre “pobres” e “virtuais criminosos”. A partir daí, a violência policial contra os pobres passa a ser vista como freio de seu “ímpeto criminoso” e os instrumentos legais que os defendem da barbárie estatal, bem como os agentes sociais que com eles se solidarizam, não têm voz nem validade no âmbito da prática política. Como os direitos humanos servem em grande parte às garantias individuais e coletivas contra a inércia ou ação negativa do Estado, e este se volta contra os pobres (os potenciais bandidos), mecanicamente forma-se o discurso de que direitos humanos são “direitos de bandidos”.<sup>7</sup>

O caso brasileiro, exemplificado pelo fato de que os direitos humanos sempre foram defendidos pelas elites políticas e econômicas apenas para elas próprias (ainda que o discurso seja universalizante), se agrava em função da tentativa de esvaziamento do debate sobre os direitos humanos, proposto pelos meios de comunicação, controlados em boa parte por essas mesmas elites. Assim, a ideia de que direitos humanos servem a bandidos (este tipo de gente que o tal “cidadão de bem” não quer ser) é reproduzida por uma parcela significativa da sociedade, a que justamente caberia a luta em favor das garantias e direitos fundamentais de todos.

### **Os empreendimentos midiáticos analisados: a estética, os negócios e a atuação política**

Foram analisados o jornal Diário Gaúcho, publicado pelo Grupo RBS, em Porto Alegre, e o telejornal Jornal Nacional, exibido diariamente em rede nacional pela Rede Globo de Televisão.

A escolha das fontes levou em consideração aspectos como seu alcance perante o público (exemplares vendidos e índice de audiência) e orientação político-ideológica de suas linhas editoriais.

Os veículos de comunicação analisados pertencem a empresas que mantêm entre si uma íntima relação comercial e ideológica, compondo um todo horizontal. Por outro lado, permitem traçar uma linha vertical que ligue as representações dis-

---

7 Sedimentando esse raciocínio, Vilhena (2004) mostra que “outro objetivo desse discurso contrário aos direitos humanos, não apenas no Brasil, foi, e ainda é, buscar criar um conflito dentro das camadas menos privilegiadas da população, eximindo as elites de qualquer responsabilidade em relação à criminalidade. Ao vilanizar os que cometem um crime, como se fosse um ato estritamente voluntário, dissociado de fatores sociais, como desigualdade, fragilidade das agências de aplicação da lei, desemprego ou falta de estrutura urbana, jogam a população vítima da violência apenas contra o criminoso, ficando as elites isentas de responsabilidades, pela exclusão social ou pela omissão do estado, que impulsiona a criminalidade. Nesse contexto, associar a luta pelos direitos humanos à defesa de bandidos foi uma forma de buscar manter os padrões de violência perpetrados pelo estado contra os negros e os pobres, criminosos ou não”.

seminadas em nível local e global, através da apreensão dos conteúdos referentes a direitos humanos publicados por um jornal do Rio Grande do Sul, de abrangência regional (Grande Porto Alegre), e um telejornal exibido em rede nacional.

O jornal *Diário Gaúcho* é publicado pelo grupo RBS desde 2000. A empresa conta ainda com outros periódicos de forte tiragem e alcance no extremo sul do país.

No final dos anos de 1950, Maurício Sirotsky Sobrinho funda a RBS como uma emissora de rádio. No final da década de 1960, a empresa consegue a concessão de um canal de televisão e logo se afilia à Rede Globo, recém surgida no Rio de Janeiro. Hoje, a RBS conta com 17 emissoras de TV (também todas afiliadas da Rede Globo), a TV COM, com enfoque na região metropolitana de Porto Alegre, e o Canal Rural, com programação voltada ao agronegócio.

Na mídia impressa, a RBS inicia suas atividades adquirindo de Ary de Carvalho, entre 1967 e 1970, a totalidade do jornal Zero Hora, até então antes chamado Última Hora. O Zero Hora (ou, popularmente, “a” Zero Hora), primeiro jornal do grupo, nasce num momento político do país em que a ditadura militar acabara de assumir o poder. Como manobra de sedimentação do jornal e da própria empresa, o alinhamento com o regime foi quase automático:

Houve a extinção do *Última Hora*, por razões políticas, e o seu sucedâneo, é claro, deveria estar afinado com as contingências da ditadura. Mesmo os seus pró-homens nunca negaram as raízes do Jornal. *Zero Hora*, indiscutivelmente, foi concebido como cria do autoritarismo” (GUARESCHI e RAMOS, 1992, p. 70, grifo dos autores).

Como irmão mais novo da Zero Hora na “família RBS”, está o jornal *Diário Gaúcho*, destinado às classes médias e baixas da população da região da Grande Porto Alegre, com publicação diária, exceto aos domingos, sendo exclusivamente vendido de forma avulsa, sem entrega domiciliar (assinatura).

Na década de 1990, após um forte desenvolvimento da TV por assinatura no Brasil, o mercado se segmentou e a televisão aberta se sensacionalizou. “Nessa fonte cultural, o *Diário* foi arrebanhar o seu público-alvo. Procurou dar leitura quotidiana às classes C, D e E, nutridas pela estética, sobretudo da Televisão e do Rádio” (RAMOS, 2003, p. 49).

O jornal apresenta uma diagramação que, em geral, se pauta pelo uso de fontes grandes e manchetes sensacionalistas. Na capa são utilizadas cores chamativas e os títulos invariavelmente remetem a notícias sobre crimes e futebol, ao lado de fotos de mulheres seminuas. Conforme Ronchetti (2003, p. 80), “a capa do *Diário* [Gaúcho], intencionalmente, mistura manchetes e fotografias num verdadeiro *nonsense*”.

Dentre as seções que compõem o jornal, quatro se destacam: Serviços, Entretenimento, Esporte e Segurança. Estes dois últimos temas são os mais procurados pelos leitores, bem como a página central, colorida e repleta de imagens de modelos e atrizes sensuais famosas no cenário televisivo nacional, vinculadas quase sempre à Rede Globo.

Nesse sentido, há uma clara imbricação entre o jornal e as demais mídias – tanto da RBS quanto da Globo – que não se limita à exploração da imagem das celebridades.

Como o *Diário* serve a um público que ouve rádios populares, as quais pautam a conversa do *dia a dia*, a linguagem jornalística também acompanha os leitores. Os textos são curtos, diretos, simples. Disto resultou a transformação de comunicadores populares do rádio em colunistas. É a aglutinação do rádio com o jornal (BIZ, 2003, p. 37).

Os fatos noticiados, aliás, o recorte da realidade produzido pelo jornal de forma sensacionalista, desconexa e sem sentido interno se torna superficial e pouco esclarecedor, produzindo nos leitores conclusões precipitadas e distorcidas sobre o que se passa em seu redor – herança direta da forma de fazer jornalismo na televisão.

Isso se torna extremamente perigoso quando, entre outros assuntos relevantes, o tema a ser tratado envolve a questão dos direitos humanos, já tão delicada e mal-entendida pela população. Na trilha desta constatação, Ronchetti (2003, p. 84) diz que a seção de *segurança* do *Diário Gaúcho* traz em si uma dualidade maniqueísta que situa de um lado os “cidadãos de bem” e de outro os “bandidos”.

O apelo ao sensacionalismo especificamente nessa área editorial do jornal evoca o medo e o pânico na população, fomentando o poder público a adotar políticas de segurança mais extremas e repressivas, que, no entanto, não produzem resultados duradouros de redução da criminalidade e tampouco se dão de forma não-violenta.

Como uma empresa, as Organizações Globo sempre gozaram de privilégios que suas similares, mesmo nos países do centro capitalista, nunca alcançaram: uma deliberada liberdade de ação em um segmento de mercado quase totalmente desregulamentado, como é a mídia no Brasil.

Em um cenário de anomia impera a lei do mais forte, cuja potência pode ser adquirida por meios próprios ou, como no caso da Globo, com a ajuda de outrem, mesmo diante de um mínimo de parâmetros legalmente impostos proibindo tal auxílio. Lembremos de tema anteriormente tratado nesse estudo, que diz respeito ao acordo comercial feito entre as Organizações Globo e o grupo norte-americano *Time-Life*. Recém criada, a Globo pode saltar à frente de suas concorrentes, em função do aporte de recursos proporcionado por seu parceiro estrangeiro.

Esse momento, em 1965, coincidia com a ascensão golpista dos militares ao poder federal, apoiados pelo governo norte-americano. Como necessitavam de instrumentos de convencimento da população e a Globo, por sua vez, precisava que o governo fizesse vista grossa à sua aliança ilegal, naturalmente os interesses se fundiram.

O ajuste ideológico entre militares e Roberto Marinho, proprietário da Globo, fez com que o governo ditatorial proporcionasse à empresa a infraestrutura necessária à sua expansão como rede para todo o país, como já discutido anteriormente. Esse estado de coisas levou à criação, em 1969, do *Jornal Nacional*, o primeiro programa a ser exibido em rede nacional no Brasil: justamente um telejornal, um dos mais efetivos instrumentos de disseminação ideológica dentro da indústria cultural. Sobre o objeto último dessa indústria cultural, a cultura de massas, Mattelart (1976) afirma que:

O conceito de cultura de massas, que se pode aplicar aos produtos culturais transmitidos através dos chamados meios de comunicação de massas, deve ser ampliado para abranger o conjunto de sinais reveladores de aspirações e relações sociais que fazem parte da vida cotidiana do homem” (MATTELART, 1976, p. 06).

Para cumprir sua parte na combinação feita com os militares, era preciso forjar a unificação cultural do Brasil para facilitar a disseminação de valores e conceitos caros ao regime ditatorial. Um deles era a ideia de que o país estava entrando na modernidade, expressa tanto pela operacionalidade técnica proporcionada pelo governo militar à constituição de uma rede de comunicação nos anos de 1960, quanto, na década seguinte, à possibilidade de transmitir imagens em cores na televisão; outro era o apelo nacionalista do regime militar.<sup>8</sup>

O alinhamento entre as Organizações Globo e a ditadura agressora dos direitos humanos era visível. Exemplo disso é um trecho do artigo “Os bravos militares”, publicado no jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1964, no dia seguinte ao golpe militar: “Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos” (COSTA, 2007); ou ainda um fragmento do editorial do jornalista Roberto Marinho, publicado no mesmo periódico, em 07 de outubro de 1984, sob o título

---

8 “Ao telejornalismo cabia constituir, simbolicamente, a atualidade imediata, fazendo com que temas dominantes na discussão cotidiana fossem os transmitidos em rede para todo o país. Toda a programação da Rede Globo de Televisão, incluindo o formato narrativo de seus telejornais, tinha por objetivo ‘falar diretamente ao povo’, inserindo-o numa ampla rede simbólica, com fortes doses de emoção ou apelo aos valores patrióticos” (PALHA, 2000 *apud* BARBOSA; RIBEIRO, 2005, p. 210).

“Julgamento da Revolução”: “Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada” (COSTA, 2007).

O Jornal Nacional era (e ainda é) a base da difusão ideológica da Globo. Nos primeiros tempos, ia ao ar às 19h30min, passando tempos depois ao clássico horário das 20h – na sequência da transmissão da Voz do Brasil, obrigatória a todas as emissoras de rádio. Além disso, o horário coincidia com o momento em que a maior parte da população estava em seu ócio pós-jornada de trabalho, mais exposta à recepção de mensagens e toda carga simbólica que a televisão oferece. Hoje, o Jornal Nacional é exibido, de segunda a sábado, às 20h15min e tem aproximadamente 35 minutos de duração.

Com o fim de construir uma proximidade com o telespectador, o Jornal Nacional utilizava uma linguagem intimista, diferentemente do que ocorria no rádio, onde as narrações eram carregadas e mais intensas. De acordo com Barbosa e Ribeiro (2005, p. 212), “as manchetes do Jornal Nacional eram curtas e fortes, e os apresentadores liam o noticiário alternadamente de maneira ágil”. Para oferecer mais credibilidade às notícias, havia o uso de depoimentos diretos de testemunhas ou protagonistas dos fatos, o que até então não era comum no telejornalismo brasileiro.

A utilização de recursos técnicos também auxiliava na aproximação entre os apresentadores – cuja tarefa ao longo do tempo passou a ser executada necessariamente por jornalistas – e o público, como o uso do *teleprompter*, a partir de 1971. Essa inovação permitiu que a narração das notícias pudesse ser feita com os apresentadores olhando diretamente para o telespectador, reforçando a ideia de intimidade. Atualmente, uma das estratégias de aproximação do Jornal Nacional com seu telespectador é a apresentação do noticioso por um casal de jornalistas unidos profissional e matrimonialmente, remetendo à ideia de que o noticioso é feito por uma família para todas as famílias brasileiras.

Enquanto durou a ditadura, a Globo e mais especificamente o Jornal Nacional lhe serviram de importante instrumento ideológico. Hoje, por outro lado, o objetivo das mensagens divulgadas pelo telejornalismo da empresa é outro: servir ao capital. Como uma empresa concentradora de poder, à Globo interessa que o Estado, como sempre foi no Brasil, não interfira no ambiente concorrencial midiático que ela sempre controlou e reduziu a seu fantoche, por omissão do próprio Estado.

## **Os direitos humanos na leitura dos meios de comunicação analisados**

A pesquisa buscou encontrar matérias publicadas no *Jornal Nacional* e no *Diário Gaúcho* durante o ano de 2008 que contivessem a expressão “direitos humanos”. Num segundo momento, de todos os textos encontrados foram selecionados apenas aqueles que dissessem respeito aos direitos humanos de primeira e segunda gerações (civis e políticos, e sociais, econômicos e culturais) ou que tratassem de direitos humanos em geral, sem especificá-los.

Para fins de viabilização da coleta de dados e limitação da amostra, a consulta foi limitada ao conteúdo divulgado nas segundas-feiras e sábados, por serem os dias em que, pode-se dizer, são abordados os fatos que pautarão a semana e a sua repercussão.

Foram elaborados dois grupos de elementos de pesquisa, agrupando critérios informativos (aqueles que diziam respeito à identificação e tipo de texto produzido) e critérios analíticos (aqueles que informam sobre a natureza intrínseca das matérias, a relação entre seu conteúdo e o tema “direitos humanos”). De posse desses dados, foi possível tecer algumas considerações a respeito do comportamento editorial dos meios de comunicação pesquisados. Por conta disso, embora faremos referência a informações de cunho quantitativo, enfatizaremos o caráter qualitativo da pesquisa.

### **O *Jornal Nacional***

A análise das matérias exibidas pelo *Jornal Nacional* no ano de 2008 foi feita a partir de consulta na base de dados do noticiário disponível no sítio da Globo na internet. Dos resultados aí encontrados, chegou-se a um total de 13 textos publicados nas segundas e sábados, contendo o termo “direitos humanos”, se referindo a direitos humanos de primeira ou segunda geração.

A defesa do capital parece ser um dos objetivos ideológicos das notícias do *Jornal Nacional*, se for considerado que o setor privado aparece como violador dos direitos humanos em apenas uma matéria. Das 8 ocorrências em que os elementos aparecem nos textos como violadores, 5 estão ligadas ao Estado brasileiro e uma a um governo estrangeiro, ou seja, 6 entes pertencentes ao que podemos chamar de poder público estão violando os direitos humanos nas 6 reportagens do *Jornal Nacional* analisadas.

Conta também a favor dessa hipótese o fato de que apenas 3 notícias se referem a direitos humanos de segunda geração, aqueles que exigem a ação do Estado e depõem contra os desmandos do capital.



Outro ponto que reforça a suposição da proteção ao capital e a diminuição dos direitos sociais diz respeito ao contexto espacial em que se deram os fatos relatados. Oito das 13 reportagens tinham como limite as fronteiras do país. Dessas, apenas uma se referia a direitos de segunda geração, mais especificamente a direitos sexuais, que por sua natureza suscitam certa confusão entre os estudiosos dos direitos humanos sobre a qual categoria pertencem. De qualquer maneira, tem-se a ideia de que não há questões sociais pendentes no Brasil ou que esse tema não se inclui na mesma agenda dos direitos humanos.

Nenhuma das matérias tratava de conceituar ou explicar algo referente a direitos humanos. O esclarecimento de seu público seria esperado de um veículo de comunicação que realmente fosse engajado e livre, mesmo que o fizesse em linhas gerais.

De positivo pelo menos a inexistência de matérias que tratam os direitos humanos como direito de bandido e a esmagadora quantidade de reportagens que, com alguma concessão conceitual, abordam positivamente os direitos humanos.

As duas únicas matérias divulgadas pelo Jornal Nacional e que tratavam expressamente sobre a violação de direitos sociais davam conta do mesmo assunto, sendo publicadas uma no começo e outra no fim da semana. O detalhe importante é que em ambas a transcrição do conteúdo exibido no telejornal não passou de... 5 linhas.

Outra reportagem dá conta da participação do ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em um congresso organizado por entidades representativas das empresas de publicidade. O termo “direitos humanos” é citado em função de ser um dos assuntos tratados por Annan em seu discurso, relacionado com democracia e liberdade de expressão. Porém, foram ouvidos também um dos organizadores do evento, o presidente do CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, composto por representantes dos anunciantes, agências e veículos de comunicação para regulamentar a prática publicitária no Brasil – e o diretor-geral da Globo. Entre as falas, havia uma crítica ao que um dos entrevistados chamou de “movimento” que visa impor restrições à propaganda no Brasil, com a intenção de resolver problemas graves da população. Outro ressaltava que a democracia e a liberdade de expressão (e, indiretamente, os direitos humanos) só se efetivam se existir “liberdade de expressão comercial”, segundo um dos entrevistados, para que os cidadãos tenham acesso a informações sobre os produtos e serviços. Ora, a publicidade serve desde o primeiro momento à reprodução do capital, o que fica mais evidente quando os entrevistados falam em “liberdade de expressão comercial”. Bem vistas as coisas, liberdade de expressão comercial significa liberdade para as corporações utilizarem todos os artifícios simbólicos para es-

timular o consumo pela população, que, quando aliada à falta de qualquer controle social ou estatal sobre a propaganda (a não ser da própria classe publicitária), compromete – ao contrário da ideia transmitida na reportagem – a democracia e os direitos humanos. Não se pode esquecer também que quem fala da importância da dita liberdade de expressão comercial, num contexto em que há a referência aos direitos humanos é o representante de uma das empresas de mídia que mais apoiaram a ditadura militar.

### **O Diário Gaúcho**

No caso do Diário Gaúcho, a pesquisa foi realizada na sede da RBS, em Porto Alegre, onde há um setor de arquivo das mídias impressas do grupo e cuja pesquisa conta com ferramentas eletrônicas extremamente ágeis.

Partindo-se do que os dados quantitativos revelam para além dos números que os expressam, há importantes aspectos que não podem deixar de ser discutidos. Um deles diz respeito à superficialidade com que o tema dos direitos humanos é tratado. Entre as 14 matérias analisadas, a metade não consulta fonte alguma a respeito do assunto e 12 falam em direitos humanos de forma acessória – quase irrelevante para o fato principal relatado – ou contextual. Corroborava essa constatação a excessiva quantidade de textos que, a despeito de trazerem referência ao termo “direitos humanos”, fazem-no de uma maneira vaga, não especificam de que direitos estão falando, dificultando à pessoa que lê o jornal relacioná-los a suas possibilidades de cidadania. Ao todo foram nove matérias nessa condição. Entre elas, entretanto, uma aborda os direitos humanos de forma factual, ou seja, um fato diretamente relacionado ao assunto é o foco central do texto, tanto que o título era precisamente “Direitos Humanos”, uma chamada para uma exposição de arte sobre a vida de João Cândido e sua luta por direitos humanos.

Aliás, foram dois os textos que compuseram a divisão do jornal que se pode chamar de Agenda Cultural, divulgando a ocorrência de eventos relacionados a direitos humanos, estabelecendo entre estes e a esfera cultural *stricto sensu* uma ligação importante.

Importa dizer que uma quantidade significativa de assuntos pautou as matérias. Em 14 matérias, foram oito diferentes temas, o que remete à ideia de que a questão dos direitos humanos aparece em diversas seções do jornal e não só – como faria supor o próprio histórico da mídia brasileira – na parte policial. De fato, ainda que não fosse objeto de análise, a prática da pesquisa permitiu constatar que a ocorrência da expressão “direitos humanos” se deu em divisões do jornal tão variadas quanto os

assuntos tratados: colunas, agenda cultural, espaço comunitário, notícias nacionais e internacionais, seção policial e esporte.

Em outro ponto, novamente, a exemplo do outro veículo de comunicação analisado, se vislumbra uma luz mais intensa sobre o Estado como agressor dos direitos humanos e supostamente nocivo à sociedade. Nas sete situações em que se pode determinar atores presentes nos textos como violadores, em todos esse papel ficou a cargo do Estado, nacional e estrangeiro.

Dada a proposta do jornal de enfatizar o espaço local, no caso a Grande Porto Alegre, não é surpresa ter-se encontrado metade das matérias dispostas nesse contexto espacial. Tanto é assim que das, em média, 30 páginas do periódico apenas uma, a n.º 2, se refere a notícias fora do contexto metropolitano que muito raramente são ligadas à realidade local. Além disso, no que se refere à forma, essas matérias são resumidas em uma ou duas frases, como pequenas notas, sem que o leitor tenha a mínima condição de apreender o encadeamento de fatos que levem à situação relatada ou o que dela poderá sobrevir. O leitor não consegue assim construir a história dos acontecimentos ou ligá-los entre si, já que o jornal metaforicamente se configura em uma colcha de pequenos retalhos – por vezes, analisando os textos *per se*, em um exercício de isolamento das notícias de suas relações de causa e efeito para objetivamente colher os dados quali-quantitativos que dão sustentação a essas ponderações. A falta de informações relevantes a essa pesquisa fez com que algumas categorias tivessem que ser subentendidas a partir do contexto explícito na redação das matérias.

Dessa maneira, as notícias estaduais, nacionais e, principalmente, as internacionais parecem vazias de importância para quem lê o jornal e vive seu cotidiano na cidade, o espaço local. Forja-se, assim, pelo desequilíbrio entre a abordagem do local e do global, um desinteresse em relação a este, que tem um peso imensurável na construção daquele. O quase isolamento entre o ambiente local e o que acontece no resto do país e do mundo fazem com que a compreensão dos leitores seja falsa, limitando a ação política dos cidadãos, que não se sentem sujeitos das questões estruturantes de sua realidade.

Também no Diário Gaúcho se percebe, com um pouco mais de agudeza de visão, senão uma defesa, uma proteção ao interesses do capital. Justifica-se essa assertiva pelo fato de que nas escassas três matérias que tratam sobre direitos de segunda geração a referência se dá sobre o direito à educação, o direito à saúde e o direito ao lazer, que, embora sejam essencialmente anticapitalistas, são responsabilidade primária do Estado. Os direitos diretamente vinculados ao capital e que dão corpo aos direitos de segunda geração se relacionam ao trabalho e sobre eles não há menção alguma. Vejamos: segundo dados do Dieese, a região metropolitana de Porto Alegre tinha, em abril de 2008,

uma taxa de desemprego de 12%; entretanto, ao menos nas matérias analisadas, o principal jornal com foco local não relaciona o desemprego à violação dos direitos humanos.

Ilustrativa, nesse sentido, é a matéria que aborda a abertura de inquérito pela Promotoria de Justiça para apurar as circunstâncias dos inúmeros acidentes envolvendo idosos quando utilizavam o transporte coletivo de Porto Alegre. A equipe de reportagem ouviu representantes do Conselho Municipal do Idoso, que procurou o Ministério Público para pedir providências; do próprio Ministério Público e da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), autarquia municipal que responde pela fiscalização e gestão do trânsito na capital e fonte importante a ser consultada, tendo em vista que o transporte coletivo é uma concessão pública dada a empresas que prestam o serviço em nome do poder estatal. Isso, porém, não exige as empresas concessionárias que, nesse caso, deveriam também prestar esclarecimentos sobre sua parcela de responsabilidade sobre a situação a ser remediada. O setor privado é, assim, “poupado” da exposição pública.

Obviamente, é sobre o Estado que se assentam as maiores expectativas em relação ao respeito, promoção e proteção dos direitos humanos. Não se pode, no entanto, deixar de submeter o capital, que hoje tem papel preponderante na organização das sociedades e do comportamento dos indivíduos e grupos, ao julgamento de suas responsabilidades, haja vista também ser ele um dos principais protagonistas do atual quadro de problemas sociais.

Por outro lado, é importante salientar que em nenhum momento se observou a ocorrência da expressão ou mesmo da ideia de que os direitos humanos servem a bandidos.

### **Considerações finais**

Com base neste estudo, a relação entre mídia e direitos humanos indiscutivelmente tem avançado no sentido de uma atenção mais séria ao tema, como pauta jornalística.

Já não se fala tão vulgarmente em direitos humanos como direitos de bandido, prática até bem pouco tempo corrente entre os meios de comunicação nacionais. Também começam muito lentamente a ser esboçadas certas ligações entre temas relativamente próximos à realidade da população e aos direitos humanos, embora geralmente de forma indireta.

Diante de um quadro histórico recente em que a mídia nacional, sempre em conchavo com os interesses das grandes potências mundiais, trazia a ideia dos direitos humanos vinculada à subversão ou à defesa de bandidos, tem-se que a situação atual é um tanto melhor – a evolução é visível. No entanto, há concretamente muito a melhorar.

Entre as carências da cobertura dos veículos analisados, tendo-os como projeção genérica da mídia nacional – representativa da mídia mundial, em certo sentido –, está o baixo número de matérias em que a questão dos direitos humanos é tratada. Senão, vejamos: na presente pesquisa, foram analisadas as matérias publicadas no Jornal Nacional e no jornal Diário Gaúcho nas segundas-feiras e sábados de 2008. Este ano teve 53 semanas, o que equivale a 106 edições pesquisadas em cada veículo. Entretanto, foram encontradas 13 matérias no telejornal e 17 (posteriormente excluindo-se três) textos no periódico impresso: apenas 30 matérias em 212 edições. Em cada edição, os noticiosos veiculam uma grande quantidade de matérias – que, para fins de suposição, digamos que sejam cerca de 20 a cada dia (no caso do jornal impresso evidentemente esse número é muito maior) – tem-se um universo de mais de 4200 notícias e apenas 30 textos que tratavam de direitos humanos de forma explícita.

Por essas e outras razões, a mídia, como instrumento de disseminação de valores e conceitos, deixa muito a desejar. Já em 1978, a “Declaração sobre os princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação de massa para o fortalecimento da Paz e da compreensão internacional para a promoção dos Direitos Humanos e a luta contra o racismo, o apartheid e o incitamento à guerra”, proclamada na 20.<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO, chamava a atenção para a relevância da mídia na educação dos jovens e promoção dos direitos humanos. Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, produzido pelo Comitê Nacional responsável pela elaboração das políticas públicas brasileiras nessa área, coloca os meios de comunicação como agentes fundamentais para a reversão do quadro de violações originado em boa parte pelo desconhecimento da população sobre o que são os direitos humanos.

O modo verticalizado de fazer jornalismo entre os veículos de comunicação analisados acaba limitando seu poder de se auto-compensarem, já que um erro de forma ou conteúdo cometido em uma abordagem tende a ser repetido em outra. O jornal impresso bebe na fonte do telejornalismo e um não corrige as falhas do outro. Não há autocrítica e tampouco participação consciente da sociedade na gestão da informação.

A partir do estudo apresentado nessas páginas é possível verificar que, em suas coberturas jornalísticas sobre direitos humanos, a parcela da mídia analisada:

a) desonera o capital de responsabilidade sobre o quadro de violações aos direitos humanos e injustiça social, atendendo a seus interesses, como componente do próprio capital e como seu representante ideológico;

b) esvazia a importância do Estado como detentor da potência de provedor de condições materiais e organizacionais para resolução dos problemas sociais, reduzindo assim seu papel como regulador da sociedade, no seio da qual a economia e o fluxo do capital, do qual a própria mídia faz parte, devem ser altamente desregulamentados;

c) atribui a si própria uma intocabilidade disfarçada de ideal de liberdade, construída conforme seus anseios, dramatizando qualquer tentativa de controle social como se censura fosse, trazendo à baila a defesa dos direitos humanos (leia-se liberdade) e da democracia como seu objetivo prioritário;

d) não colabora para a efetivação da cidadania pela ação política da população, incutindo-lhe conformismo e alienação pela banalização dos problemas e pela desorientação sobre os nexos existentes entre os fatos que se dão local e globalmente.

Fundamentando-se nestas constatações e nos levantamentos bibliográficos elaborados – e obviamente ressaltados os limites desta pesquisa –, parece cabível enumerar algumas ações que deveriam pautar o fazer comunicação no Brasil e no mundo:

a) divulgar os direitos humanos, destacando as ações que lhe favorecem e não sensacionalizá-los, dramatizando suas violações, ou seja, dar-lhes um enfoque sério;

b) disseminar valores que se refiram à efetiva igualdade étnica e cultural e lembrar da existência de desigualdades sociais e materiais, agindo por sua superação;

c) atuar na educação em direitos humanos, explicando, conceituando e ligando sua evolução às lutas históricas da sociedade, mesmo em momentos em que as condições políticas eram desfavoráveis à mobilização social;

d) conceber os direitos humanos como indivisíveis, enfatizando que direitos civis e políticos não se realizam sem direitos sociais;

e) superar os reducionismos que envolvem a questão;

f) denunciar de forma responsável as violações;

g) exaltar ações que contribuam para o desenvolvimento da cidadania e superação das injustiças sociais;

h) fomentar o protagonismo político;

i) continuar a fiscalizar o Estado, mas apurar e imputar responsabilidades a outras esferas da sociedade, como o setor privado.

Enquanto os veículos de comunicação não se comprometerem com a mudança da situação de não efetivação e violações dos direitos humanos por parte do Estado, mas também do capital e de outros atores sociais, não se terá de fato uma mídia que se poderá dizer socialmente responsável.

## Referência

- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula G. Telejornalismo na Globo: Vestígios, Narrativa e Temporalidade. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. Siqueira (orgs.). *Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia*. São Paulo: Paulus, p. 205-223, 2005.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia – violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, (s/d).
- BIZ, Osvaldo. RBS, A Hegemonia no Sul. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. (orgs.) *Diário Gaúcho: Que discurso, que responsabilidade social? 2ª ed.* Porto Alegre: Evangraf, p. 31-45, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2004. 52 p.
- COIMBRA, Cecília. Direitos de quais humanos? *Direito e Avesso*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, dez. 2008 a jan., p. 30-31, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- COSTA, Cristiane. *As manchetes do golpe*. 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/>>. Acesso em 25 maio 2009.
- DORNELES, João R. W. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: *Émile Durkheim – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p. 01-70, 1978.
- FELTRIN, Ricardo. *Apesar da queda, “JN” dá mais ibope que concorrência junta*. 08 dez. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ooops/ultnot/2008/12/08/ult2548u644.jhtm>>. Acesso em 31 maio 2009.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico*. 13. ed. Porto Alegre: 2004.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- \_\_\_\_\_. Cultura y política: del divorcio al espectáculo. In: *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata, Argentina: Universidad Nacional de La Plata, p. 47-64, 1997.
- GENEVOIS, Margarida Pedreira Bulhões. Educação e direitos humanos. In: PIRES, Cecília Pinto; KEIL, Ivete L. Manetzeder et al. (orgs.). *Direitos Humanos – pobreza e exclusão*. São Leopoldo: Adusinos, p. 87-98, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder: A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_; BIZ, Osvaldo. *Mídia e Democracia*. 2 ed. Porto Alegre: P.G./O.B., 2005.

\_\_\_\_\_.; RAMOS, Roberto. *A Máquina Capitalista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUIA para elaboração de trabalhos acadêmicos: artigo de periódico, dissertação, projeto, trabalho de conclusão de curso e tese. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2009. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/guia\\_elaboracao\\_trabalhos\\_academicos\\_2009.pdf](http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/guia_elaboracao_trabalhos_academicos_2009.pdf)>. Acesso em 30 abr. 2009.

HABERMAS, Jürgen. A guerra e seus juízos contraditórios. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de abril de 2003. Caderno Mais.

IANNI, Octávio. *Diplomacia e imperialismo na América Latina*. São Paulo: CEBRAP, 1973.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MATTELART, Armand. *As Multinacionais da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Comunicação-mundo: história das ideias e estratégias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MERCADO de Trabalho Metropolitano. DIEESE, n. 27, Abr. 2009. Disponível em: <[http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped\\_metropolitana0409.pdf](http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana0409.pdf)>. Acesso em 06 jun. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

NOVAES, Washington. *A quem pertence a informação?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

PIOVESAN, Flávia. *A indivisibilidade dos Direitos humanos*. [2009?] Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan1.html>>. Acesso em 20 maio 2009.

RAMOS, Murilo César. A Força de um Aparelho Privado de Hegemonia. In: BRITTO, Valério C.; BOLAÑO, César R. Siqueira (orgs.). *Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia*. São Paulo: Paulus, p. 75-90, 2005.

RAMOS, Roberto. Comunicação: O Sensacionalismo do Gaúcho. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. (orgs.) *Diário Gaúcho: Que discurso, que responsabilidade social?*. 2 ed. Porto Alegre: Evangraf, p. 46-56, 2003.

ROLIM, Marcos. Atualidade dos Direitos Humanos. In: VIOLA, Solon Annes; RITTER, Paulo (org.). *Cidadania e Qualidade de Vida*. Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, p. 27-33, 1998.

RONCHETTI, Gustavo. Mídia, Violência e Sistema Penal: O Caso do Jornal Diário Gaúcho. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. (orgs.) *Diário Gaúcho: Que discurso, que responsabilidade social?*. 2 ed. Porto Alegre: Evangraf, p. 75-90, 2003.

SACCHITIELLO, Bárbara. *Circulação de jornais cresce 5% no Brasil em 2008*. 30 jan. 2009. Disponível em: <[http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com\\_content&task=view&id=4640](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=4640)>. Acesso em 31 maio 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.



SIMÕES, Cassiano F.; MATTOS, Fernando. Telejornalismo na Globo: Vestígios, Narrativa e Temporalidade. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. Siqueira (orgs.). *Rede Globo: 40 Anos de Poder e Hegemonia*. São Paulo: Paulus, p. 35-55, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração sobre os princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação de massa para o fortalecimento da Paz e da compreensão internacional para a promoção dos Direitos Humanos e a luta contra o racismo, o apartheid e o incitamento à guerra. 20.ª Conferência Geral da UNESCO, de 28 de novembro de 1978. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo*. 07 ago. 2008. Disponível em: <[http://www.direitoshumanos.usp.br/coucounter/Unesco/texto/texto\\_3.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/coucounter/Unesco/texto/texto_3.html)>. Acesso em 30 maio 2009.

VILHENA, Oscar. *Direitos Humanos, direito de bandido?* Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/oscarvilhena/3teses.html>>. Acesso em 23 set. 2004.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. *Direitos Humanos e democracia no Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. A Sociedade da Guerra e a Cultura da Violência. In: HARTMANN, Fernando; ROSA JR., Norton C. Dal Follo. (org.). *Violências e Contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 63-80, 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Procurador Celso Três: "O caso da RBS é um escândalo; ela governa o Estado". *RS Urgente*, 16 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.rsurgente.net/search/label/RBS>>. Acesso em 03 maio 2009.

## TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kruschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado mineiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud

- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Prof. Dra. Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Prof. Dra. Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Prof. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 73 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 74 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 75 *Raça, nação e classe na historiografia de Moisés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 76 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 77 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Prof. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 78 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 79 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 80 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 81 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 82 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Prof. Dra. Gláucia de Souza
- N. 83 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 84 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 85 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 86 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Prof. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 87 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 88 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Prof. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 89 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 90 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 91 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 92 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 93 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 94 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 95 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 96 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 97 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 98 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 99 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 100 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 101 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 102 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 103 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 104 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Prof. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 105 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 106 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha

- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth* – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistner*
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues



**Diego Airoso da Motta** é graduado e atualmente mestrando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Autor do artigo *Direitos humanos: direitos de bandidos? Considerações históricas e atualidades discursivas no ambiente brasileiro*. Servidor do TRT/RS. E-mail para contato: <diegoairoso@yahoo.com.br>.